

TRAJETÓRIAS METODOLÓGICAS DE UMA PESQUISA DE CAMPO

ELENILZE JOSEFA DINIZ*

Vai Levando

Mesmo com o nada feito
Com a sala escura
Com um nó no peito
Com a cara dura
Não tem mais jeito
A gente não tem cura

Mesmo com o todavia
Com todo dia
Com todo ia
Tudo não ia
A gente vai levando
A gente vai levando
Vai levando
Vai levando essa guia
(Caetano Veloso - Chico Buarque)

RESUMO

A discussão no meio acadêmico acerca da adoção do rigor metodológico na condução de trabalhos científicos tem sido sempre constante. Neste sentido este artigo versa sobre algumas técnicas metodológicas de coleta de dados que devem ser utilizadas para a captação de dados, ao mesmo tempo, mostra como tais técnicas foram utilizadas durante uma pesquisa de campo. Assim, as principais técnicas de coleta de dados utilizadas foram: a observação: direta intensiva (observação não sistemática e participante, entrevistas semi-estruturas); direta extensiva (lançando mão de questionários). Utilizamos, ainda, a abordagem quantitativa, apenas como instrumento de descrição quantitativa nos questionários. Os estatutos, livros de registros contábeis, fichas dos associados, atas de reuniões e demais documentos disponíveis foram submetidos à análise documental. Trata-se, de um capítulo da tese de Doutorado em Sociologia intitulado “Trajetória Metodológicas da Pesquisa de Campo” o qual aborda a experiência da pesquisadora (suas angústias, seus entusiasmos e suas limitações) durante a pesquisa de campo.

Palavras-chaves: Técnicas Metodológicas. Coleta de Dados. Pesquisa Qualitativa e Quantitativa.

1 INTRODUZINDO: SOBRE A CONFIGURAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa configurou-se como um estudo descritivo e exploratório, assim qualificado com base no objetivo da investigação que consistiu em analisar os processos de tensão e distensão na construção de um *habitus associativo*, a partir de um estudo comparativo entre duas experiências associativas de catadores de lixo na Paraíba: A Associação dos Trabalhadores de Materiais

Recicláveis de João Pessoa e a Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande.

O método de procedimento é o Comparativo, através de um de Estudo de Caso, cuja aplicabilidade consistiu em buscar as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos. Os meios sociais dizem respeito, às sociedades vizinhas no espaço, e que possuem um

* Mestre em Economia. Doutora em Sociologia. Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA). E-mail: elenilze@ig.com.br

ou mais pontos de origem comum. Portanto, “este tipo de abordagem permite conciliar, de um lado, o trabalho de elaboração teórica, de outro, o interesse voltado à análise de processos sociais específicos” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1972, apud SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p.34).

Nesta perspectiva, o método comparativo nos permitiu realizar um duplo movimento: um analógico, identificando as similitudes entre as duas experiências associativas estudadas, e um contrastivo, verificando as diferenças entre os casos estudados.

Além do mais, conforme Schneider; Schmitt (1998), o método comparativo, implica uma série de passos que se articulam de forma diferenciada, segundo as distintas orientações teóricas e metodológicas. Assim, o investigador pode analisar uma série de casos, “com o objetivo de mostrar que muitos deles podem ser iluminados de maneira útil mediante um conjunto de conceitos e categorias ou por um modelo concreto”. (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998, p.34-35). Neste caso, não existe um controle efetivo da teoria, mas uma espécie de demonstração paralela. Portanto, ao apreendermos reflexões (conceitos e categorias) de procedência teórico-metodológica distintas no âmbito da sociologia, nosso objetivo foi o de entender os possíveis fatores que formam a lógica da situação em questão: as tensões e distensões vivenciadas nas experiências associativas de catadores de lixo na construção de um *habitus associativo*.

Diante disso, utilizamos a abordagem qualitativa, bem como os aportes das suas distintas vertentes técnicas de investigação, isso se justifica pelo fato, que no Estudo de Caso, o pesquisador possa valer-se de diferentes técnicas de pesquisa, “visando apreender uma determinada situação e

descrever sua complexidade [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 274-278).

O caráter descritivo da presente pesquisa, que consistiu em caracterizar os dois grupos em estudo, e, em descrever a complexidade da situação vivenciada pelos catadores nas duas experiências associativas. Ao mesmo tempo, a pesquisa é de caráter exploratório, ao tentarmos explorar as possibilidades de diálogos conceituais dentro da sociologia para refletir os processos associativos na atualidade.

Lembramos, ainda, que as pesquisas exploratórias são investigações de pesquisa empírica (de campo), com uma tripla finalidade: responder ao problema, aumentar a familiaridade do pesquisador com o tema e clarificar ou esclarecer conceitos. Assim, recorreremos às técnicas da pesquisa de campo, através da observação: direta intensiva (observação não sistemática e participante, e entrevistas semi-estruturadas); direta extensiva (lançando mão de questionários). Utilizamos, ainda, a abordagem quantitativa, apenas como instrumento de descrição quantitativa do conteúdo manifesto nos questionários. Os estatutos, livros de registros contábeis, fichas dos associados, atas de reuniões e demais documentos disponíveis foram submetidos à análise documental. Em seguida, demonstraremos de que forma lançamos mão destas técnicas no decorrer do trabalho de campo. Também, para o tratamento dos dados, utilizamos o aporte da metodologia quantitativa, através do programa estatístico SPSS (média aritmética, correlação e variância). Os dados foram analisados qualitativamente.

2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS PARA COLETA DE DADOS

Os lixões ou aterros sanitários são espaços onde se concentram grupos de catadores. Tais espaços recebem cotidianamente visitas de pessoas ligadas às mais diversas instituições: Universidades, Prefeituras, ONGs, Igrejas, jornalistas e etc. Muitos se apresentam com soluções (projetos ou propostas), numa tentativa se solucionar o problema dos catadores.

Outro fato constatado, foram os cadastros e as constantes entrevistas solicitadas aos catadores, os quais ficavam sempre apreensivos e, algumas vezes, “irritados”. Por este motivo, as nossas primeiras aproximações foram difíceis: sempre que tentávamos um diálogo ou “puxar” qualquer assunto, os catadores ou catadoras quase nada nos respondiam ou se afastavam desabafando: “*A senhora quer saber o quê? Faz tanto tempo que vocês aparecem aqui, e não resolve nada, nada de melhora pra gente*”. (D).

Foram muitas as dificuldades para romper esta barreira. Numa conversa com o orientador, veio o “alerta”: “o pesquisador deve ter a capacidade de apreender aspectos socialmente importantes a partir de um ângulo imprevisto”. Foi diante desta dificuldade, que a técnica da “observação participante” foi fundamental, permitindo-nos uma maior aproximação com os sujeitos pesquisados, às vezes “dissimulando” nossos propósitos reais como investigadora.

2.1 RECORRENDO A TÉCNICA DA OBSERVAÇÃO

Logo, uma primeira técnica de coleta de informações foi o da observação. Florestan Fernandes (1967, p.05 e 06) chama atenção para o fato de que o importante não é o que se vê, mas o que se observa com método, pois o pesquisador social sem treino adequado pode ver muito e identificar

pouco, enquanto um pesquisador com ideias rígidas acaba vendo apenas os fatos que confirmam suas concepções. O autor fala, ainda, que, nas ciências sociais, principalmente, nas pesquisas de campo, a observação direta de ocorrências, formas de atuação social e situações de vida encontram larga aplicação, pois a observação direta não se confunde com a mera “verificação”.

Junker (1971, p.43-46), ao chamar atenção sobre os papéis sociais durante a observação, ressalta que o observador participante pode gozar de uma liberdade máxima, pode ter acesso a uma ampla gama de informações, e compartilhar de certos segredos, desde que ele se torne conhecido como um bom guardador de informações sigilosas. Além disso, uma pesquisa de campo implica numa relação social entre o pesquisador e os pesquisados. Por isso, a qualidade dos dados obtidos depende dessa interação social estabelecida, tendo por base proximidade, confiança e princípios éticos.

Assim, passamos a frequentar regularmente o lixão (Campina Grande); os galpões de triagem e os pontos de coleta seletiva (João Pessoa), na qualidade de observadores em assembléias, reuniões e outros eventos.

Entre os meses de abril e setembro de 2004, buscamos fazer uma “espécie de reconhecimento” dos dois campos de estudos, isto é, conversávamos informalmente com os catadores e catadoras sobre os mais variados temas: família, lazer, vida e trabalho e etc. Um aporte utilizado, neste sentido, foi o registro sistemático dos dados ou informações observados. Os detalhes destas visitas e conversas informais foram sistematizados e anotados (ou gravadas) em um “diário de campo” que, ao final, totalizou cerca de sessenta páginas.

Neste sentido, foi possível observamos, também, o cotidiano dos associados durante o

horário de trabalho. No ambiente de trabalho, as conversas geralmente eram compartilhadas por todos, girando em torno de novelas, histórias de vidas alheias e reclamações. Os associados denunciaram e reclamaram das péssimas condições de trabalho, decorrente da falta de infraestrutura, sobretudo, de equipamentos de trabalho (fardas, luvas, máscaras etc.), máquinas (prensas, esteiras) sempre quebradas; diminuição da renda. Segundo eles, “estavam passando fome”, recebiam entre R\$ 15,00 ou R\$ 20,00 por quinzena (no caso particular dos catadores associados da Astramare, em João Pessoa).

Contudo, na qualidade de observadores, buscamos observar e anotar os detalhes e impressões, as ocorrências, as atitudes dos entrevistados e as características do ambiente, tendo consciência de que a nossa presença era parte do contexto observado. Por isso, acreditamos que muitas ações observadas foram geradas em consequência de nossa presença.

Procuramos, assim, controlar os desvios inerentes à técnica da observação, variando os horários e as condições em que observávamos, registrando e coletando dados referentes ao cotidiano e às experiências vividas pelos catadores naquelas organizações, tendo sempre o cuidado de distinguir o que é essencial e o que é circunstancial nos acontecimentos observados.

2.1.1 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Para que uma observação seja participativa, é essencial que a inserção do investigador seja aceita e reconhecida pelos demais membros do grupo ou comunidade. Isso significa que é atribuído ao pesquisador, na pesquisa de campo, um papel dentro dos acontecimentos ou das atividades regulares

(JUNKER, 1971). Passamos, então, a compartilhar informações pertinentes ao cotidiano da cooperativa/associação, sobretudo certos aspectos da vida cotidiana dos catadores e catadoras. Enfim, buscamos captar os aspectos pertinentes à socialização no trabalho associativo, às condições de trabalho, às dificuldades, às estratégias, aos conflitos, às expectativas, aos desencantos, e aos sonhos, não apenas dos catadores (as) associados (as), mas também daqueles que indiretamente faziam parte da trajetória daquelas organizações.

Vale lembrar, também, as observações registradas durante alguns eventos (seminários, congressos, reuniões informais, assembleias e etc.), os quais tiveram a participação dos catadores.

Participamos do “Fórum Social Nordestino” (Recife – Pernambuco), mais especificamente da oficina “Cidadania e Sustentabilidade de Iniciativas e Organizações de Catadores e Catadoras de Lixo”, realizada no dia 26 de novembro de 2004, às 14h. Os grupos proponentes desta oficina foram: Bagulhadores de Mió (Recife); Movimento Nacional dos Catadores (Pernambuco); Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN); e da Cáritas. Na ocasião, questionamos à organizadora da oficina a ausência de representantes do Movimento Nacional dos Catadores e da Cáritas (principal organizadora dos catadores na região), uma vez que a participação deles era fundamental naquela oficina. Segundo a organizadora, a ausência devia-se ao fato daqueles representantes estarem participando de outro evento nacional. O debate girou em torno daqueles problemas que mais assolavam os catadores: como definir o trabalho do catador: trata-se um agente ambiental? O que significa ser um agente ambiental? Trata-se, apenas, de uma atribuição? Eles se reconhecem como agentes ambientais?

Na oportunidade foram discutidos os

desafios postos para as experiências associativas dos catadores de lixo. A proposta dos participantes da oficina foi a possibilidade de os resultados das discussões serem encaminhados ao Movimento Nacional dos Catadores.

Participamos, ainda, do Seminário “Usina Verde: tratamento térmico de resíduos sólidos e suas conseqüências sociais, econômicas e ambientais”, realizado em Campina Grande, no dia 12 de maio de 2005. Estavam presentes Integrantes dos Ministérios das Cidades e do Trabalho, Sérgio Buarque e Valmor Schiochet, respectivamente; representantes do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, Teia Magalhães; o professor da Universidade Federal de Tocantins, o qual estava assessorando a Prefeitura Municipal de Campina Grande na elaboração do projeto para a instalação da chamada “usina verde”, que é uma forma de tratamento de resíduos sólidos (queima de lixo) para a obtenção de energia como forma de resolver o problema do lixo urbano.

Além de, aproximadamente, 80 catadores, também se faziam presentes entidades da sociedade civil organizada; professores e professoras das Universidades (Federal de Campina Grande e Estadual da Paraíba); e representantes do poder público local. O seminário foi uma forma que o grupo (Fórum Municipal Lixo e Cidadania, COTRAMARE, Cáritas Diocesana) encontrou para discutir e avaliar a proposta da Prefeitura Municipal de instalação de uma usina verde no município de Campina Grande.

O referido Seminário transcorreu num clima tenso. De um lado, a Prefeitura buscava garantir a viabilidade do Projeto para a cidade, do outro, as entidades representativas dos catadores questionavam os impactos decorrentes da instalação da usina. Vale registrar, aqui, a intervenção de um catador, questionando acerca dos

benefícios desta usina para a categoria:

“Olhe, eu entrei nesse lixão há muito tempo, certo! Como eu, como todos aqui trabalha no lixo, a gente queria assim, que as autoridades ajudasse [...] que tão tentando ajudar, procurando fazer essa usina. Os jovens, assim [...] porque tem muitos aqui que nunca teve escola, nunca teve leitura [...]. Eu queria, assim, que muitos igual a mim tivesse oportunidade. Muitos não tem, certo! De jogar bola, de estudar, ter uma alimentação sadia. Assim, eu queria que as autoridades olhasse pra dentro, fosse visitar ali, que ali tem muito ser humano, que tem muito coração bom, que quer ter um futuro mió. O estudo que eu queria, era dá uma vida mió pra minha mãe, meus irmão, um filho meu [...] Entrando essa usina verde, o que vai trazer de bom? Pra mim eu não quero continuar nesse trabalho, eu não quero continuar, porque é um trabalho muito sacrificado, eu queria que fizesse um trabalho digno [...] Assim, eu queria trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Obrigado, vocês!”. (D1, maio de 2005).

Participamos do Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, realizado na cidade de Campina Grande, durante os dias 16, 17 e 18 de junho de 2005. Na oportunidade, o Fórum Municipal Lixo & Cidadania juntamente com a COTRAMARE lançou uma CARTA ABERTA, a qual relatava a história dos catadores na cidade, e ao mesmo tempo solicitava das autoridades presentes uma discussão e um parecer acerca do projeto de implantação da Usina de Tratamento Térmico do Lixo (Usina Verde).

No dia 06 de setembro de 2005, na XI edição do “Grito dos Excluídos”, acompanhamos a manifestação numa passeata pelas ruas do centro da cidade, juntamente com os catadores.

Portanto, nossa inserção dentro do grupo se

revelou em dois momentos: num primeiro, após várias visitas, muitos se aproximavam dizendo *eu tenho tanta coisa pra dizer pra senhora*. Dávamos, assim, início às primeiras entrevistas semi-estruturadas.

2.2 AS ENTREVISTAS DE CAMPO

Num segundo momento, após conhecermos o “grupo de apoio” formado por representantes da Cáritas, em Campina Grande, e do Fórum Municipal Lixo & Cidadania; pessoas que exercem um trabalho voluntário junto aos catadores, e, pelo representante do Movimento Nacional dos Catadores na Paraíba. O trabalho de parceria junto com o grupo nos rendeu várias oportunidades: fomos apresentada aos dirigentes e lideranças dos catadores da Atramare, além das longas conversas através das quais passamos a lançar “um outro olhar” (aspas nossas) em torno daquelas experiências. Numa das tantas conversas, algumas registradas e outras não, o representante do Movimento Nacional dos Catadores, na época, desabafou:

“Olhe, este aterro sanitário é uma estrutura enorme. É uma abundância de estrutura, é uma das maiores do país, que está propiciada aqui em João Pessoa, mas só que não funciona [...] é uma grandeza, só que não funciona. Além dos problemas técnicos, os catadores não foram preparados para administrar esta estrutura enorme. E isso não é só aqui. Em nossa última reunião no Movimento, muitos companheiros falaram desse problema”. (D2, julho de 2004).

Ao conhecermos a representante da Cáritas em João Pessoa (uma das articuladoras e organizadoras dos catadores de lixo na Paraíba), comentamos o seguinte: naqueles lugares em que já

existiam experiências associativas, muitos dos catadores falavam que “quando existia o lixão era melhor” (aspas nossas). Por exemplo, lá em Campina Grande, alguns catadores afirmaram conhecer a experiência de João Pessoa, e que não é tão boa essa história do aterro sanitário. Sobre isso, ela comentou:

“As histórias de cada cooperativa são diferentes, não pode ser igual [...]. Como você mesma falou, não podemos pegar um modelo de cooperativa de catadores que deu certo e tentar segui-lo, pegar um modelo de tal lugar e importá-lo. A experiência da Asmare em Belo Horizonte deu certo [...] tudo bem! Então, o que podemos aprender a partir desta experiência? O que podemos aprender com este grupo? Como foi constituído este grupo? O que ele pode nos ensinar? Então, não podemos depositar tudo nesta experiência, é necessário ver a história de cada grupo, suas especificidades, e a partir daí tentar construir a história de cada cooperativa. Além do mais, não podemos “estuprar” as pessoas para que tudo aconteça de uma vez, que tudo seja perfeito.” (D3, julho de 2005).

Em meio a estes diálogos, outros questionamentos foram surgindo, envolvendo-nos num “jogo de idas e vindas”, na tentativa de unir teoria e prática, portanto, na reconstrução do objeto de estudo.

Quanto mais aquela realidade parecia-nos próxima, mais desconhecida se tornava. Lembramos, neste sentido, de Bourdieu, ao chamar atenção para o fato de que

[...] o cientista social não deve aceitar nenhuma definição como óbvia”, uma vez que a ruptura com o senso comum é uma das principais condições para a construção de um objeto de pesquisa, pois cabe a este questionar todas as pré-noções. (BOURDIEU, 1989, p.39).

Assim, percebemos que a precariedade das condições de trabalho não seria suficiente para esclarecer a teia de tramas e tensões entre condições objetivas e subjetivas do campo a ser pesquisado.

Nestas idas e vindas, vários questionamentos foram surgindo: Que sentidos podem advir de um trabalho associativo, cuja atividade econômica que se produz e se reproduz conta com esse tipo de trabalhador precário? De um trabalhador “reconhecido” que se orienta apenas pela sua busca cotidiana de sobrevivência; trabalhadores que, mesmo associados, continuam imersos num elo de exploração econômica, já que as indústrias recicladoras (formam um mercado oligopsônio) exigem grandes volumes para negociarem e estes volumes só são alcançados, muitas vezes, por sucateiros que se encontram há muito tempo no mercado, alguns financiados pelas indústrias.

Mas, tais questionamentos eram insuficientes para explorar o quadro de tensões nas quais aquelas experiências associativas se encontravam, muito menos para desvendar a teia de relações internas (de convivência) que transcende, em muito, o mero exercício de normas reguladoras, pois esta vivência/experiência deve estar calcada num conjunto de orientações. Tais orientações se constituem em valores e princípios (participação democrática, solidariedade, auto-ajuda, reciprocidade e etc.) os quais devem ser compartilhados por todos os membros da organização.

Portanto, nas nossas primeiras conversas (entrevistas) questionávamos qual o sentido de trabalhar associado, bem como o entendimento dos associados sobre a importância daquelas orientações (princípios e valores) no funcionamento da associação e/ou da cooperativa, e se existia, efetivamente, cooperação.

De forma geral, as respostas foram variadas, mas o conteúdo ficou restrito a uma dúvida: se a associação ou a cooperativa realmente melhoraria as condições de vida do grupo. Daí, muitos comentavam que muito pouco tinha mudado ou mudaria. O que nos chamou a atenção nesse ponto foi a necessidade de aprofundar o questionamento a respeito da ideia de proximidade e distanciamento do lixo.

No caso particular de João Pessoa, embora os catadores não estivessem mais trabalhando no lixão, continuavam lidando diretamente com o lixo nos pontos ou nos núcleos de coleta seletiva. Uma reclamação bastante recorrente dos catadores a esse respeito era que ganhos obtidos quando trabalhavam individualmente dentro do lixão ultrapassavam as “sobras” a que tinham direito na cooperativa.

Além do mais, nestes primeiros diálogos entre os (as) associados (as) tanto na Cotramare (Campina Grande) quanto na Atramare (João Pessoa), muitos afirmaram nunca ter ouvido falar sobre o funcionamento de uma cooperativa; outros imaginavam que a cooperativa e/ou associação seria uma “espécie de um órgão” (aspas nossas) que os protegeria.

Albuquerque (2003a, p.17), nos lembra que uma cooperativa não é uma instituição com fins lucrativos, não se podendo falar em lucro ou salário e, sim, em sobras e retirada, segundo as próprias normas legais que regem o Cooperativismo, conforme trataremos mais adiante. Numa cooperativa, a distribuição do dinheiro é feita da seguinte maneira: a partir do total que entra, destina-se 15% para os Fundos obrigatórios por lei, pagam-se as despesas necessárias e o que sobra (e por isso leva esse mesmo nome) é dividido pelas horas ou dias de trabalho dos cooperados que então obtêm a sua retirada.

Dessa forma, constatamos “certa incompreensão” por parte de alguns catadores associados sobre o sentido real do associativismo, inclusive dos seus princípios e funcionamentos. Constatamos, ainda, que eles desconheciam a importância da interação, do trabalho solidário, da participação, pois, viam a associação/cooperativa como outra empresa qualquer, de onde recebiam alguma espécie de serviços por um preço mais acessível em relação ao oferecido pelo mercado (SCOREL, 1999).

Trabalhar sob forma associativa envolve uma outra postura em relação aos colegas e ao trabalho. Os catadores estavam acostumados a uma relação empregado/patrão (com os sucateiros) dentro do lixão, e passaram a trabalhar “por conta própria”, experimentando uma nova situação e um novo *status*. Entretanto, o que nos pareceu ter ocorrido, nessas experiências associativas, foi um envolvimento formal e aparente.

Portanto, a nossa recorrência à observação direta intensiva, através de entrevistas semi-estruturadas, tinha por objetivo entender como uma parcela maior dos associados se posicionava e assimilava normas e costumes da nova experiência.



As entrevistas foram realizadas entre agosto e novembro de 2005.
Foto: 01- Entrevista com grupos de catadoras da Astramare (2005)

de 2004 e abril de 2007, com aqueles sujeitos envolvidos diretamente (catadores associados ou não e administradores) ou indiretamente (orientadores e mediadores). Estes últimos davam os diversos tipos de suportes (financeiro, administrativo e etc.) à cooperativa e/ou associação de catadores, conforme sintetizamos no quadro abaixo:

| Entrevistados | Catadores (associados) | Catadores não associados | Voluntários (redes de apoio) | Representante do MNCMR |
|----------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------------|------------------------|
| Local | | | | |
| Astramare (João Pessoa) | 20 | - | 02 | 02 |
| Cotramare (Campina Grande) | 22 | 04 | 04 | |
| Total | 42 | 04 | 06 | 02 |

Quadro 01 – Amostra dos entrevistados

Assim, dentre as questões dirigidas (nas entrevistas semi-estruturadas) aos administradores e mediadores (grupo de voluntários), registramos: início da associação (data da fundação, número de associados, voluntários ou orientadores do processo); requisitos para se associar; organização do trabalho; forma de comercialização; se os catadores fizeram algum curso de associativismo; condições de vida (renda, moradia e etc.); destino do lixo; parceria com o poder público e etc. Aos catadores associados ou cooperados, as principais questões foram: como eles percebem a nova forma de trabalho (associativo); forma de trabalho; benefícios propiciados aos associados pela organização e etc.

Durante as entrevistas, encontramos catadores associados e os não-associados. Na Cotramare, considerava-se cooperativado ou associado aquele catador que comercializava (“entregava o material”) semanalmente com a Cooperativa.

Portanto, o fato de um catador ou catadora

ser cooperada não significava que ela estivesse comercializando com a Cooperativa. Dessa forma, consideramos como não-cooperado aqueles que não estavam comercializando com a Cooperativa. No caso particular da Atramare, em João Pessoa, todos os entrevistados eram associados.

De modo geral, nas entrevistas, buscamos situar os relatos dos catadores com os diversos elementos das trajetórias e experiências vividas na cooperativa ou associação. Quanto às entrevistas com os voluntários, as questões foram direcionadas acerca do papel e das experiências de cada um nas organizações, e, em especial, para os questionamentos levantados neste trabalho.

É importante lembrarmos a nossa imersão – na qualidade de observador participante – cada vez mais direta na experiência, como integrante do “grupo de apoio” (voluntários). Por outro, é válido lembrarmos, ainda, as nossas dificuldades e angústias vivenciadas enquanto pesquisadora durante o trabalho de campo. Mesmo já tendo participado de uma experiência anterior (pesquisa) com os catadores de lixo, sentíamos-nos estranha ou “estrangeira” quando nos aproximávamos na difícil tarefa de compreender o universo do “outro”.

Uma certa angústia nos abatia, quando nos questionavam qual o motivo da nossa presença, ou qual a razão de tantas entrevistas, questões que não eram postas apenas pelos catadores, mas, sobretudo, pelos voluntários. Assim, sempre nos apresentávamos como representantes da universidade, desejosos de fazer um trabalho de pesquisa “contando a história dos catadores naquelas associações”. Ficávamos mais angustiadas quando nos perguntavam se aquela pesquisa traria algum tipo de financiamento para eles. Depois de um certo tempo, entendemos que este tipo de questionamento ocorria porque o termo “projeto” era carregado de significados para

aquelas pessoas.

Quem visita os lixões, aterros e outros espaços onde se concentram grupos de catadores pode perceber a presença constante de grupos de pesquisas ligados a instituições (universidades e ONGs), jornalistas e políticos. Enfim, são grupos que se apresentam com projetos e propostas “visando” melhorar a vida dos catadores ou a eficiência das organizações associativas. Por isso, antes de lançarmos expectativas que não seriam jamais atendidas por nós, decidimos nos engajar no trabalho com as entidades e os voluntários, participando ativamente das assembleias, reuniões, dos eventos promovidos: festas de confraternização, manifestações, reuniões com representantes do movimento nacional dos catadores e etc.

Sem pensar sobre o papel que estávamos assumindo naquelas circunstâncias, e conforme os trechos da música de Chico Buarque e Caetano Veloso, “mesmo com o todavia”, a gente foi “levando essa guia”: passamos a atuar como voluntários, isto é, como orientadora e mediadora daquelas associações. Essa nossa atitude nos fez romper com várias “barreiras”, principalmente, no acesso a determinadas informações. Desse modo, “a troca de interesses que se estabelece entre pesquisador e informante (sujeitos pesquisados) passa a ser marcada por uma relação intersubjetiva envolta de emoções visíveis e invisíveis”. (ALBUQUERQUE, 2003a, p.13).

Vários convites nos foram feitos: para participarmos, ao lado dos catadores, nas discussões e negociações com a Prefeitura Municipal; para atuar junto com o Fórum Municipal Lixo & Cidadania, inclusive surgindo uma proposta de atuarmos juntamente com o representante e articulador do movimento nacional na Paraíba, durante um cadastro elaborado pela organização do

movimento nacional, cujo objetivo era traçar um perfil geral dos catadores e suas formas de organizações no Brasil. Este momento foi oportuno para darmos início à coleta de dados (questionário) e aprofundarmos as entrevistas.

Algumas questões abordadas no cadastro nos foram úteis para elaboração do questionário, evidentemente, num nível maior de aprofundamento. Diante disso, compreendemos que a nossa pesquisa incorporava, embora não fosse nossa intenção, aspectos da pesquisa-ação que, segundo Thiollent,

É um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1985, p.14).

Ao mesmo tempo, estabelecemos contato com as coordenadoras de dois projetos em andamento (dezembro de 2006) na Cooperativa, em Campina Grande: um projeto do Departamento de Engenharia de Materiais da Universidade Federal de Campina, “Instalação de Unidade de Beneficiamento de Materiais Vítreos para os Catadores da Cotramare”; e outro projeto do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, “Transformar para incluir: fortalecimento da Cooperativa de Trabalhadores em Materiais Recicláveis de Campina Grande-Cotramare”.

O contato direto nos propiciou várias conclusões acerca da atuação daqueles grupos (tanto dos voluntários quanto das coordenadoras dos projetos). Primeiro, são ações e atuações diferenciadas. Algumas dessas formas de intervenção ou de atuação envolvem interesses

particulares: questões e interesses políticos, projetos de universidades que precisam ser concluídos, uma vez que têm prazos determinados.

Contudo, existe uma busca ativa nestes projetos de identificar as possíveis formas de gestão que melhor respondam aos objetivos a que se propõem, em termos imediatos. Por exemplo, a coordenadora de um desses projetos exigiu que todos os catadores que participassem do projeto (cerca de doze) deveriam se associar à cooperativa, embora muitos deles nunca tivessem qualquer aproximação com a Cooperativa. Na verdade, tratava-se uma exigência requerida pela instituição que financiava o projeto. Vale lembrar aqui a ocasião para seleção dos catadores para participar dos projetos citados: aqueles catadores ligados diretamente à cooperativa e mais atuantes foram selecionados previamente por uma coordenadora dos projetos (aproximadamente vinte e cinco catadores).

Realizamos, ainda, entrevistas grupais, introduzindo certos temas. Essas entrevistas foram gravadas. Por exemplo, na Astramare (João Pessoa), a conversa teve início com a questão da diminuição da renda dos catadores. A partir daí, outros temas e questões foram surgindo. Alguns temas foram polêmicos e geraram discussões, insultos, agressões etc. Em outros temas, os catadores não se manifestaram, isto é, ficavam em silêncio.

Além destes instrumentos, utilizamos registros fotoetnográficos. Conforme Bauaer; Gaskell (2000, p.137), trata-se de um registro material de observação fundamental, com o intuito de corroborar com as observações e as entrevistas, uma vez que as fotografias têm a função de auxiliar no trabalho de campo, evocando a memória do pesquisador no sentido de apoiar a construção do texto.

2.3 RECORRENDO A OUTRAS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Outra forma de coleta de informações utilizada foi a pesquisa documental junto aos arquivos das organizações em estudo: atas, fichas de matrículas; balanços financeiros, e outros documentos. Deve-se ressaltar que as referidas organizações associativas não dispunham de um arquivo sistematizado ou organizado. Vários fatos ou momentos importantes não foram registrados, por exemplo, registros de atas de assembleias e contábeis.

Quanto à observação direta extensiva, utilizamos a coleta de dados via questionário. Elaboramos perguntas fechadas e abertas, e/ou combinando ambos os tipos de perguntas. As questões fechadas foram do tipo dicotômicas e de múltiplas escolhas. Já as perguntas abertas levavam o entrevistado a responder com suas próprias palavras (frases ou orações), cujo objetivo foi permitir-lhes a liberdade de opinar. A combinação dos dois tipos de questões destinou-se não somente ao aprofundamento das opiniões do entrevistado, mas também contribuiu para reformular e esclarecer alternativas às perguntas fechadas (GIL, 1999, p.168).

Portanto, considerando os objetivos da pesquisa, o instrumento de coleta de dados, via questionário, foi elaborado mesclando informações objetivas e subjetivas que, para efeito de análise, foram agrupadas em quatro partes principais: (1) dados gerais da população, condições de vida e moradia; (2) trabalho e renda; (3) opinião sobre a cooperativa ou associação; (4) as disposições na conformação do *habitus associativo*.

Foram aplicados quatro tipos de questionários, conforme sistematiza o quadro seguinte:

| LOCAL | QUESTIONÁRIO | |
|-----------------------------------|---|---|
| | (direcionado aos representantes das diretorias) | 02 (direcionado aos catadores associados) |
| Astramare (João Pessoa) | 01 A: Identificar as condições de organização e funcionamento (estrutura) da Associação. | 02 A: Objetivo: Identificar as disposições do (a) associado (a) na conformação de um <i>habitus associativo</i> , e como interpretam ou assimilam esta experiência/vivência |
| Cotramare (Campina Grande) | 01 B: Identificar as condições de organização e funcionamento (estrutura) da Cooperativa. | 02 B: Objetivo: Identificar as disposições do (a) cooperado (a) na conformação de um <i>habitus associativo</i> , e como interpretam ou assimilavam esta experiência/vivência |

Quadro 02 – Tipos de questionários aplicados

Os questionários foram direcionados aos representantes das diretorias da Astramare e da Cotramare, respectivamente. O objetivo destes questionários foi identificar o funcionamento e a estrutura da associação/cooperativa, isto é, a composição da diretoria; relações com o mercado, com o poder público e com os voluntários; participação na gestão e poder de decisão, objetivos e valores compartilhados, entre outras situações. Tais situações foram reconstituídas a partir dos relatos e discursos dos representantes das diretorias, contudo, num esforço de não perder de vista a posição da diretoria e do grupo como um todo, num contexto marcado por deslocamentos: de um lado, do ponto de vista dos discursos dos associados, a cooperativa/a associação é a diretoria; do outro, do ponto de vista do discurso da diretoria, a cooperativa associação são eles, os associados.

Outro tipo de questionário foi direcionado aos catadores das organizações. A população de catadores associados nas duas organizações associativas compreendia 40 (quarenta) associados na Cotramare e, aproximadamente, 280 (duzentos e oitenta) na Astramare. A escolha da amostra foi aleatória. Na Cooperativa de Campina Grande, o

processo de amostragem (entrevistados) foi de 42 (quarenta e dois) associados. Ou seja, a escolha se deu a partir da indicação dos dirigentes, daqueles associados que estavam “entregando a produção” para a Cooperativa, embora optassem, em certas ocasiões, por vendê-la aos sucateiros.

Em João Pessoa, o número de questionários aplicados foi limitado, ou seja, a amostra foi de 24 associados. Contribuíram para este fato as dificuldades de realizar as entrevistas, uma vez que ao nos aproximarmos de um (a) catador (a) associado (a), alguém da diretoria estava presente, o que intimidava os associados. Daí, muitos se recusavam a responder aos questionários. Algumas entrevistas só foram possíveis de ser realizadas nas residências dos associados. De certa forma, com bastante dificuldade, alguns pediam para não registrarmos nada.

Na análise dos dados, utilizamos o software SPSS 8.0 for Windows. Os dados foram analisados estatisticamente através de frequência simples, média aritmética; além disso, estabelecemos algumas correlações, cruzando algumas variáveis, por exemplo, a participação em algum curso sobre cooperativismo e o que significa trabalhar de forma solidária. Entretanto, mesmo utilizando as técnicas estatísticas, tivemos cuidado de não proceder a afirmações genéricas correspondentes às organizações associativas em geral.

Cabe acrescentar que não houve significância estatística, a partir dos dados coletados via questionário, em decorrência de um erro amostral (o tamanho da amostra na Astramare foi muito pequeno). Daí a impossibilidade de fazermos generalizações quantitativas numa das experiências analisadas. Contudo, as afirmações mais genéricas foram realizadas levando-se em consideração o universo constituído pelos casos específicos, os quais foram analisados e comparados, a partir dos

questionamentos que nos serviram como ponto de partida.

3 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

As técnicas de entrevistas – como principal instrumento para obter informações – devem fornecer ao pesquisador a “imersão” na experiência dos sujeitos entrevistados, razão por que o entrevistador deve estar atento às contradições entre o nível do discurso e o nível da ação – prática – que os entrevistados guardam entre si. Assim, a investigação das técnicas de observação direta (intensiva e extensiva) foi submetida à análise qualitativa de discurso.

Tendo por base a fundamentação teórica da análise crítica do discurso segundo Fairclough (2001), buscamos avaliar a representação do discurso não só como um elemento da linguagem de texto, mas, sobretudo, como uma dimensão da prática social. Buscamos evidenciar a linguagem usada pelos sujeitos pesquisados numa dimensão construtiva de sentidos (de vários significados) definidos pelo contexto (no âmbito de uma experiência interativa).

Mais especificamente, buscamos captar as tensões e distensões na construção do *habitus associativo* a partir das práticas discursivas dos catadores, ou seja, como eles viam e vivenciavam estas tensões. Dessa forma, selecionamos os fenômenos que apresentavam maior relação com as práticas associativas (gestão democrática, ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia) e as articulamos na dimensão da construção de sentidos: os sentidos construídos sobre aquela experiência que vivenciavam.

4 CONCLUSÃO

Buscamos apresentar nossa trajetória na pesquisa de campo e os principais procedimentos metodológicos utilizados, justificando de que forma e porque lançamos mão de certas técnicas de coleta de dados. Contudo, é importante evidenciar que “fazer ciência” não segue um único modelo ou padrão de trabalho científico,

longe de querermos esgotar as possibilidades das metodologias de investigação, uma vez que as referências para tal são extremamente abundantes. Isto é, existem diferentes métodos para a realização de uma pesquisa e sua escolha vai variar em função do que vai ser estudado, portanto da realidade que se busca compreender e descobrir.

METHODOLOGICAL TRAJECTORIES OF FIELD RESEARCH

ABSTRACT

The debate in academic about adopting the methodological rigor in conducting scientific work has always been constant. In this sense this article deals with some techniques methodological data collection to be used for the abstraction of data, at the same time, shows how such techniques were used during a field research.

keywords: Technical methodological data collection. Qualitative and Quantitative Research.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Associativismo. In: CATTANI, Antônio David. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Unitrabalho e Veraz Editores, 2003a. p.15-19.

_____. Autogestão. In: CATTANI, Antônio David. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Unitrabalho e Veraz Editores, 2003, p. 20-25.

BAUAEER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUFORD, Junker. **A importância do trabalho de campo: introdução às ciências sociais**. Rio de Janeiro: Ledados, 1971.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1967

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHNEIDER, J. O.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.9, p.49-87, 1998.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.